

Relocalização do emprego industrial formal no Brasil na década de 90*

PAULO FURQUIM DE AZEVEDO**

RUDINEI TONETO JÚNIOR***

Este artigo analisa a relocalização do emprego industrial formal no Brasil, a partir de seis setores selecionados. A tendência de desconcentração observada no período 1974/88 foi acentuada na década de 90, sob o efeito da forte mudança institucional (Constituição de 1988 e abertura de mercado). A análise divide a década de 90 em dois períodos: a) 1990/93, caracterizado por estratégias defensivas, como redução de custos; e b) 1994/98, em que ocorrem novos investimentos, como relocalização de plantas. A análise mostra que o emprego em setores intensivos em trabalho migrou para regiões com baixos salários, enquanto o emprego em setores intensivos em recursos naturais deslocou-se para regiões em que o recurso natural relevante está mais disponível. Por outro lado, setores intensivos em capital tiveram seu emprego redistribuído em áreas próximo a São Paulo, como Paraná e Minas Gerais, que possuem vantagens em termos de infra-estrutura, logística, adensamento industrial e mão-de-obra qualificada. Além disso, há evidências sobre a importância das políticas regionais conduzidas pelos governos estaduais na explicação da dinâmica espacial do emprego. Finalmente, destaca-se, também, o fato de ter ocorrido relocalização do emprego industrial dentro do Estado de São Paulo, o que mostra que as políticas estaduais não foram condição necessária para a relocalização do emprego.

1 - Introdução

O estudo da dinâmica espacial do emprego industrial é um importante ponto de referência àqueles que se dedicam à economia regional. Em síntese, a elevada concentração regional de renda na economia brasileira é normalmente associada a um desenvolvimento industrial desigual, ao longo do Processo de Substituição de Importações, que se concentrou na região Sudeste, especialmente em São Paulo e em sua região metropolitana [Cano (1997)]. O emprego industrial, portanto, foi freqüentemente utilizado como uma *proxy* da dinâmica industrial e, por consequência, da renda. Este trabalho procura apresentar novas evidências ao debate sobre desenvolvimento regional no Brasil, sob uma perspectiva da distribuição espacial do emprego industrial formal. A análise aqui empreendida permite avaliar o processo de desconcentração do emprego formal — em si uma variável rele-

* Os autores agradecem a dois pareceristas anônimos pelos comentários.

** Professor do Departamento de Engenharia de Produção da UFSCar.

*** Professor do Departamento de Economia da FEA/USP, *campus* de Ribeirão Preto.

vante —, assim como conciliar resultados aparentemente inconsistentes da literatura [Diniz (1999) e Sabóia (1999)].

O ponto de partida é o reconhecimento de que a intensa reestruturação industrial ao longo da década de 90 desautoriza uma relação direta entre emprego e produto industrial, sobretudo pela elevação da produtividade do trabalho, por motivos espúrios, como terceirização e precarização das relações de emprego, ou autênticos, como a adoção de novas tecnologias e formas de produção [Moreira (2000)]. Nesse sentido, a desconcentração do emprego industrial não implica que o mesmo ocorra com a renda, seja por aumentos diferenciados da produtividade industrial, seja pela modificação da importância relativa do setor industrial. Em que pese a dissociação entre produto e emprego industrial, a distribuição espacial deste, particularmente do emprego formal, é “uma investigação de valor próprio” [Andrade e Serra (1999)], uma vez que está associado à presença de relações de trabalho de maior qualidade.

A preocupação com a desigualdade regional tem origem nos anos 60, em meio a um forte processo de concentração industrial em São Paulo, particularmente em sua região metropolitana. A fim de atuar sobre esse problema, configurou-se no Brasil uma política de desenvolvimento regional, consubstanciada na criação da Sudene, da Sudam e de um conjunto de outros órgãos, como o BNB, que deveriam conduzir políticas de desenvolvimento nas regiões deprimidas (Norte e Nordeste). A forma de atuação da política de desenvolvimento regional foi caracterizada por uma forte centralização das decisões e instrumentos no governo federal. Os principais instrumentos utilizados foram os incentivos fiscais e creditícios para investimentos industriais nessas regiões, destacando-se, também, a criação da Zona Franca de Manaus (ZFM). Além disso, principalmente nos anos 70, foram utilizados os investimentos públicos como forma de desconcentrar a atividade econômica, tanto em infra-estrutura (rodovia, portos, energia etc.) como no desenvolvimento de novos setores produtivos, impulsionado pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), com destaque para o pólo petroquímico de Camaçari na Bahia, a exploração de petróleo no litoral nordestino, a exploração do minério de ferro em Carajás no Pará, siderurgia no Maranhão, entre outros. Uma vez que a concentração do emprego e da renda era associada à concentração industrial, estratégias de desenvolvimento regional baseavam-se na desconcentração industrial.

Em parte em decorrência dessas ações, no período 1970/85 ocorreu uma reversão na polarização do desenvolvimento industrial, com conseqüências sobre a distribuição espacial do emprego. Adicionalmente, os seguintes fatores contribuíram para o processo de desconcentração: aumento dos custos das principais áreas metropolitanas (São Paulo e Rio de Janeiro) combinado com outras economias de aglomeração (“efeito-congestionamento”); melhoria da infra-estrutura no país, possibilitando maior integração do mercado; expansão da fronteira agrícola e exploração de outros recursos naturais [Diniz e Crocco

(1996)]. Deve-se notar que, segundo esses autores, “apesar dos efeitos da fronteira agrícola do Centro-Oeste e da fronteira mineral do Norte e dos incentivos fiscais para as regiões Norte e Nordeste, os quais ajudam a explicar o crescimento de várias áreas industriais, o processo de desconcentração industrial foi relativamente contido no interior da região Centro-Sul, em um grande polígono que vai da região central de Minas Gerais ao nordeste do Rio Grande do Sul” (p. 86).

A desconcentração industrial repercutiu positivamente no crescimento da renda e do emprego das regiões menos desenvolvidas. Os estudos de crescimento econômico que tentam avaliar a convergência de renda entre os estados brasileiros mostram que esse foi um período de convergência, com as regiões pobres apresentando maiores taxas de crescimento da renda [Schwartzman (1996), Azzoni (1997) e Zini Jr. (1998)].

Duas alterações importantes ao final da década afetaram o quadro do desenvolvimento regional. Em primeiro lugar, a Constituição de 1988 aumentou a participação dos estados e municípios na receita, agravando a crise fiscal do governo federal. Esse quadro comprometeu uma política industrial centralizada, possibilitando aos estados uma atuação mais agressiva pró-desenvolvimento, que teve uma de suas facetas na forma de guerra fiscal. Em segundo lugar, e com maior destaque, inicia-se um conjunto de reformas orientadas para o mercado: abertura comercial, liberalização financeira, privatização de empresas estatais e desregulamentação dos mercados.

Nesse contexto de mudança institucional, em que são observadas a fragmentação da política de desenvolvimento regional, com menor importância do governo federal e das empresas estatais, e a abertura da economia, acirrando a concorrência, há possibilidade de efeitos sobre as decisões locais das empresas, com reflexos na distribuição espacial do emprego industrial.

Particularmente, a maior concorrência a que foram submetidas as empresas em um ambiente de abertura de mercado e desregulamentação pode exigir estratégias de redução de custos, como condição de sobrevivência. Adicionalmente, a fragmentação da política de desenvolvimento regional cria incentivos à relocação, seja por uma ampla política de atração de investimentos por parte de alguns estados, seja pela mera transferência de recursos públicos às empresas em um contexto de guerra fiscal.

Segundo Baer, Haddad e Hewings (1998), com as reformas orientadas para o mercado e o maior direcionamento do comércio exterior brasileiro para o Mercosul, os investimentos tendem a concentrar-se no Centro-Sul, o que corrobora as observações de Diniz e Crocco (1996). Por outro lado, segundo os autores, o Nordeste poderia atrair investimentos de setores mais intensivos em mão-de-obra, em decorrência dos salários mais baixos. Note-se, portanto, que a abertura pode forçar uma nova especialização das regiões.

O objetivo do trabalho é analisar a dinâmica espacial do emprego industrial após a mudança institucional de 1988/90, em que sobressaem a abertura de mercado e a guerra fiscal. Pretende-se verificar se o emprego em setores intensivos em trabalho está se deslocando para os estados em que o custo salarial é menor (notadamente os do Nordeste) e quais outras características dos estados influem na atração dessas indústrias. Do mesmo modo, o artigo investiga se setores intensivos em recursos naturais também foram sujeitos a uma redistribuição espacial do emprego, em direção às áreas em que o recurso natural relevante é mais abundante. Adicionalmente, pretende-se investigar se existe alguma tendência de relocalização do emprego em setores mais intensivos em capital. A hipótese, neste caso, é de uma relocalização contida dentro da área de influência dos eixos de desenvolvimento que partem da região metropolitana de São Paulo (RMSP), os quais se destacam pela boa qualidade da infra-estrutura, proximidade do mercado consumidor e, principalmente, “pólos tecnológicos” com oferta abundante de recursos humanos qualificados.

O artigo divide-se em duas seções, além da introdução e da conclusão. A Seção 2 busca descrever a evolução do emprego industrial formal no Brasil por estados e setores selecionados, representando setores intensivos em capital (metalúrgico e mecânico), intensivos em recursos agropecuários (alimentos e bebidas e madeira e mobiliário) e intensivos em mão-de-obra (calçados e têxtil e artigos do vestuário). A classificação dos setores de acordo com a intensidade de uso de fatores de produção é compatível com aquela empregada nas notas técnicas de Coutinho e Ferraz (1994).¹ A Seção 3 tenta verificar se houve processos de relocalização dentro do Estado de São Paulo, de tal forma que se possa controlar os efeitos da guerra fiscal sobre essa tendência. Embora a relocalização de empresas dentro de um mesmo estado possa ser motivada pela existência de incentivos no plano municipal, esse efeito tende a ser menor na ausência de participação de incentivos estaduais.

2 - A evolução do emprego industrial no Brasil

As mudanças institucionais observadas na virada da década de 80, por ocasião da Constituição de 1988 e do conjunto de medidas que genericamente foi chamado de

1 Há, no entanto, diferenças entre essa classificação e a de Moreira e Najberg (1998), em um trabalho de elevado rigor técnico a partir de dados das contas nacionais. Particularmente, esses autores concluem que o setor têxtil é intensivo em capital e o de mobiliário é intensivo em trabalho. Essas diferenças decorrem, sobretudo, de níveis de agregação distintos. Neste artigo, o setor têxtil e artigos do vestuário compreende também o segmento de confecções, que, pela classificação de Moreira e Najberg (1998), é um dos setores mais intensivos em trabalho. Quanto ao setor madeira e mobiliário — a exemplo do setor papel e celulose —, é usual sua classificação entre os setores intensivos em recursos naturais porque os custos logísticos crescem consideravelmente à medida que o processamento se afasta da oferta de matéria-prima [Ribeiro, Rodrigues e Zylbersztajn (2000)]. Portanto, a classificação do setor apenas a partir de dados de custos efetivos não é apropriada por desconsiderar que o preço efetivo da matéria-prima é extremamente sensível às condições de localização. Em que pesem essas considerações, a aplicação da classificação de Moreira e Najberg (1998), mantendo seus níveis de desagregação, constitui uma importante agenda de pesquisa para o estudo da dinâmica espacial do emprego industrial.

abertura de mercado, tiveram impactos sensíveis sobre o emprego industrial no Brasil. De modo geral, observa-se uma forte retração entre os anos de 1990 e 1993, havendo, após 1994, uma recuperação. Os motivos levantados na literatura são variados e, algumas vezes, conflitantes. Entre os principais argumentos para explicar a queda do emprego e subsequente recuperação, pode-se destacar, além das flutuações macroeconômicas, a reestruturação industrial, decorrente da mudança das *regras do jogo*, sobretudo pela abertura e desregulamentação do mercado, que implicou um aumento do grau de concorrência nos setores mais diretamente afetados pelas importações.

A queda do emprego industrial no início da década não foi acompanhada por uma queda equivalente do produto industrial, o que pode decorrer de três elementos: *a*) elevação da produtividade do trabalho, como resultado da adoção de novas máquinas, novas técnicas de trabalho e intensificação do trabalho; *b*) terceirização, transformando parte do emprego industrial em atividades de serviço; e *c*) elevação da participação de componentes importados no produto final. Além disso, a elevação abrupta do grau de concorrência acarretou a extinção de diversos postos de trabalho no início da década. Esse acirramento da concorrência exigiu das empresas estratégias de redução de custos, sendo este um dos elementos para explicar a realocação de empresas, em busca de menores custos de mão-de-obra ou logísticos (sobretudo decorrentes da queda do frete da matéria-prima *versus* frete do produto final) e apropriação de incentivos fiscais. A efetiva adoção dessas estratégias, no entanto, estava condicionada ao ambiente macroeconômico, que impunha, até a adoção do Plano Real, um ambiente de elevada incerteza, o que, por sua vez, induzia a adoção de estratégias defensivas.

Em um primeiro momento, de 1990 a 1993, o processo de reestruturação pautou-se pela intensificação do trabalho desacompanhada de novos investimentos, assim como pela terceirização motivada pela redução de custos trabalhistas, acarretando uma queda geral do emprego industrial formal, conforme mostra a Tabela 1. Nesse período, houve mudanças sensíveis na participação de cada região no emprego industrial. Essa mudança, em um quadro de grande redução do emprego, decorre mais da menor perda relativa de postos de trabalho do que da realocação de plantas industriais. Em seguida, no período 1994/98, a estabilidade monetária permitiu o estabelecimento de estratégias que implicassem inversão de capital, entre as quais se destacaram as de realocação, com importante impacto no emprego industrial.

A evolução do índice de emprego industrial por regiões, expresso no Gráfico 1, evidencia um processo já diagnosticado na literatura [Cano (1997) e Diniz (1995)]: a elevada correlação entre o emprego industrial nas diversas regiões do Brasil. Em outras palavras, elementos que condicionam os negócios nacionalmente — como aspectos macroeconômicos — mostram-se bastante relevantes para explicar o comportamento do emprego industrial em cada unidade da Federação. Independentemente desse fato, é evidente um aumento de participação da

TABELA 1

Evolução do emprego industrial formal por estados e regiões — 1986/98

Estados/ regiões	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
RO	9.669	9.850	10.431	11.048	8.786	8.490	7.681	9.186	11.381	12.720	12.502	17.689	17.047
AC	1.459	1.744	2.012	2.246	2.136	2.097	1.948	1.927	2.368	2.107	2.415	2.681	2.635
AM	77.224	70.926	71.483	87.903	72.761	54.723	45.303	44.518	49.627	55.737	61.058	55.094	48.933
RR	598	511	540	580	431	512	567	588	613	751	941	1.037	1.130
PA	60.565	67.862	64.489	64.755	58.425	53.764	51.184	55.172	57.189	52.984	53.860	53.471	52.657
AP	3.874	3.837	3.924	3.807	3.053	2.653	1.881	1.279	2.518	2.050	2.228	1.231	1.094
Norte	153.389	154.730	152.879	170.339	145.592	122.239	108.564	112.670	123.696	126.349	133.004	131.203	123.496
MA	20.919	20.080	21.126	22.740	21.147	21.077	17.512	17.293	19.492	20.728	21.973	20.788	19.210
PI	12.902	13.309	13.163	13.974	14.568	13.060	11.835	13.651	16.773	16.777	18.102	17.181	17.112
CE	100.972	102.872	104.366	107.271	96.737	94.528	92.531	90.926	105.937	105.428	110.998	116.970	123.362
RN	39.716	42.613	44.249	47.635	39.550	38.264	34.226	31.650	38.075	35.504	40.737	40.018	41.689
PB	35.808	38.994	39.325	43.288	41.002	39.102	38.135	32.742	32.555	40.343	43.431	41.502	42.599
PE	204.533	206.065	210.596	223.473	211.519	193.780	176.505	139.592	146.865	150.566	142.922	138.820	130.788
AL	59.030	64.539	66.994	64.346	59.392	56.840	55.347	46.456	54.941	63.932	64.838	64.337	56.729
SE	26.553	27.872	28.264	28.891	25.992	24.482	23.626	25.396	21.779	19.435	21.022	21.859	20.202
BA	126.998	127.160	128.884	123.149	110.902	100.603	92.665	92.345	93.171	98.677	92.139	93.770	89.454
Nordeste	627.431	643.504	656.967	674.767	620.809	581.736	542.382	490.051	529.588	551.390	556.162	555.245	541.145

(continua)

(continuação)

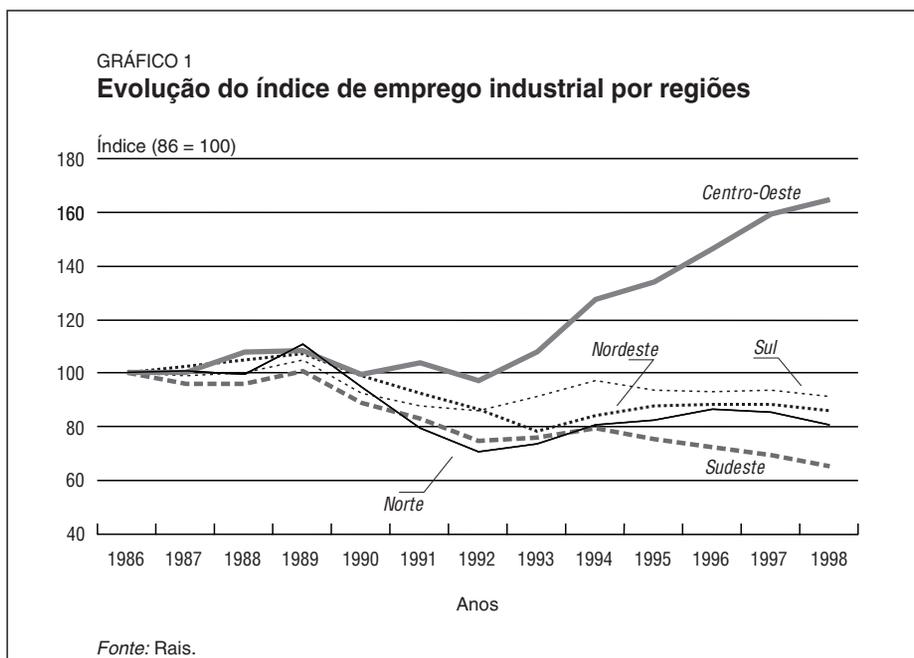
Estados/ regiões	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
MG	499.353	494.532	501.284	532.309	484.386	451.421	420.400	443.303	494.388	492.900	491.075	507.689	479.256
ES	76.941	76.094	70.314	71.771	66.624	64.531	59.619	61.090	66.069	66.545	69.391	67.931	71.075
RJ	610.313	598.716	594.065	604.656	536.107	484.354	426.537	420.032	419.667	394.172	379.865	343.859	328.982
SP	2.860.533	2.729.488	2.726.260	2.869.416	2.521.975	2.356.792	2.130.387	2.142.524	2.243.264	2.102.171	2.003.845	1.904.291	1.757.275
Sudeste	4.047.140	3.898.830	3.891.923	4.078.152	3.609.092	3.357.098	3.036.943	3.066.949	3.223.388	3.055.788	2.944.176	2.823.770	2.636.588
PR	277.748	278.198	285.635	299.301	273.209	268.473	259.745	275.896	299.676	305.349	307.043	327.029	321.015
SC	345.636	348.332	340.857	365.068	322.454	302.328	284.771	310.293	348.460	335.693	329.889	326.702	317.787
RS	575.372	563.761	578.062	592.370	513.206	481.875	487.697	510.232	518.221	482.865	481.707	468.281	458.745
Sul	1.198.756	1.190.291	1.204.554	1.256.739	1.108.869	1.052.676	1.032.213	1.096.421	1.166.357	1.123.907	1.118.639	1.122.012	1.097.547
MT	20.558	22.722	24.424	24.854	23.232	24.957	24.087	27.949	33.785	35.584	40.633	44.405	47.867
MS	19.722	18.595	20.467	20.876	19.472	18.445	18.224	19.649	23.333	23.531	25.238	27.538	27.859
GO ^a	56.227	55.149	59.404	59.223	55.547	57.464	53.983	59.366	68.607	71.971	78.870	86.123	88.326
DF	14.715	14.731	15.741	15.709	12.563	14.761	12.160	13.010	16.132	17.974	17.684	19.185	19.084
Centro- Oeste	111.222	111.197	120.036	120.662	110.814	115.627	108.454	119.974	141.857	149.060	162.425	177.251	183.136
Total	6.137.938	5.998.855	6.026.359	6.300.903	5.595.311	5.229.426	4.828.709	4.886.430	5.187.898	5.006.612	4.914.533	4.809.586	4.581.949

FONTE: Rais/MTb.

^a Por motivo de consistência, optou-se por somar os dados de Tocantins aos de Goiás.

região Centro-Oeste, havendo, em contraposição, uma perda de participação da região Sudeste. Nesta, destaca-se o fraco desempenho dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. No período 1986/98, a retração do emprego industrial em São Paulo foi de 38,6% ante os 25,4% no país, fazendo com que a sua participação no emprego industrial se retraísse de 45,5% para 38,3%. Deve-se notar que a queda mais acentuada se deu entre 1990 e 1993. Entre 1986 e 1989, o emprego industrial cresceu 2,7%, enquanto nos quatro anos seguintes a queda acumulada foi de 22,5%. Em 1994, verifica-se uma pequena recuperação do emprego, por conta do aquecimento da economia, sendo seguida de uma pequena queda gradual do emprego até 1998.

Esses dados permitem a revisão dos resultados apresentados por Oliveira e Guimarães Neto (1997), que diagnosticam três fases principais no desenvolvimento brasileiro, no que se refere à redistribuição espacial do emprego. A primeira fase, caracterizada como um período de concentração, em favor do Estado de São Paulo, compreenderia o período de 1950 a meados da década de 70. A segunda fase, da segunda metade da década de 70 a meados dos anos 80, é marcada pelo movimento de desconcentração, com o aumento da participação das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Finalmente, os autores identificam o período posterior a 1985 como um período de estabilidade nas participações das regiões no emprego. Os dados de emprego industrial, a partir de informações da Relação



Anual de Informações Sociais (Rais), revelam que, ao contrário do que fora inicialmente diagnosticado pelos autores, o movimento de desconcentração do emprego industrial teve continuidade no período recente, havendo adicionalmente uma aceleração após o processo de abertura de mercado.

Para evidenciar com maior precisão um processo de redistribuição espacial da produção industrial, é necessário eliminar os movimentos comuns, decorrentes de flutuações macroeconômicas. Para isso, foi calculado um índice de participação de cada estado no emprego industrial nacional, tomando-se o ano de 1986 como base. Em seguida, foi calculada a taxa de crescimento anual do índice de participação para os períodos representativos: a) período pré-abertura; b) período de ajuste defensivo; e c) período de consolidação, apresentados na Tabela 2.

Por meio da Tabela 2 pode-se observar as tendências de desconcentração do emprego industrial. Tomando-se a série total analisada (1986 a 1998) nota-se uma relativa estabilidade entre regiões — taxas médias de crescimento anuais contidas no intervalo de $[-2;2]$ —, com exceção do Centro-Oeste, que apresentou um diferencial de crescimento médio do emprego industrial de 6,8% a.a. É importante notar que as taxas expressivas de crescimento da participação do Centro-Oeste deram-se sobre uma base bastante reduzida — a região detinha apenas 1,8% do emprego industrial em 1986, tendo atingido 4% em 1998.

Esse resultado sugere que há um processo de desconcentração industrial em direção à produção agrícola, mas ainda não permite avaliar os efeitos da mudança institucional sobre a realocação do emprego industrial. Para isso, é necessário comparar as taxas médias de crescimento da participação de cada região nos três períodos relevantes. O primeiro período, 1986/89,² registra as tendências de realocação anteriores à abertura de mercado, que, embora tenha sido um processo que teve seu início em 1988, sua ruptura mais visível deu-se em 1990, no primeiro ano do Governo Collor. O período seguinte, 1990/93, marcou o processo inicial de ajuste das empresas à maior concorrência externa, o que implicou o fechamento de unidades e a extinção de postos de trabalho. Finalmente, o terceiro período, 1994/98, já apresenta alguns resultados do ajuste às mudanças externas, em particular das estratégias de realocação de empresas, pressionadas pela maior concorrência à redução de custos de mão-de-obra e/ou logísticos.

O principal resultado geral que pode ser inferido a partir dos dados constantes na Tabela 2 é o papel da mudança institucional no reforço da tendência predominante anteriormente. As regiões de menor desenvolvimento industrial (Norte, Nordeste e Centro-Oeste) apresentavam, até 1989, um crescimento superior ao da região Sul e, sobretudo, ao da região Sudeste. No período de ajuste às novas *regras do jogo*, de 1990 a 1993, as regiões cuja produção encontrava-se menos apta à concorrência externa — como Nordeste e Norte — perderam participação,

² Os dados da Rais referem-se ao estoque de trabalhadores em 31/12 do correspondente ano, portanto a intensificação da abertura em 1990 já se faz sentir nos dados referentes a esse ano.

TABELA 2

Evolução da participação de estados e regiões no emprego industrial

(Em % a.a.)

Estados/regiões	1986/89	1990/93	1994/98	1986/98
RO	3,6	1,8	14,6	7,4
AC	14,5	2,6	7,8	7,6
AM	3,5	-10,1	3,2	-1,4
RR	-1,9	6,9	15,4	8,0
PA	1,4	2,4	0,4	1,3
AP	-1,4	-18,9	-1,8	-7,8
Norte	2,7	-3,9	3,2	0,6
MA	1,9	-0,5	3,4	1,7
PI	1,8	5,9	6,0	4,9
CE	1,2	2,2	7,7	4,2
RN	5,3	-3,8	7,0	2,9
PB	5,6	-0,6	6,8	4,0
PE	2,1	-5,3	0,0	-1,3
AL	2,0	-1,8	5,4	2,1
SE	2,0	3,2	-3,2	0,2
BA	-1,9	-0,8	0,7	-0,5
Nordeste	1,6	-1,6	3,3	1,2
MG	1,3	1,8	2,9	2,1
ES	-3,1	2,4	4,4	1,8
RJ	-1,2	-2,7	-3,5	-2,7
SP	-0,8	-0,9	-2,6	-1,6
Sudeste	-0,6	-0,8	-1,7	-1,1
PR	1,6	4,4	4,4	3,7
SC	1,0	2,3	1,8	1,8
RS	0,1	2,7	-0,8	0,6
SUL	0,7	3,0	1,3	1,7
MT	5,6	9,7	12,8	9,9
MS	1,0	5,0	8,6	5,5
GO ^a	0,9	6,6	9,7	6,4
DF	1,3	1,7	9,4	4,7
Centro-Oeste	1,9	6,4	10,2	6,8

FONTE: Rais.

^a Os dados de Tocantins estão somados aos de Goiás.

o que interrompeu momentaneamente o processo de realocização observado anteriormente. No entanto, após o período inicial de ajuste — que foi acompanhado de extinção de empresas e postos de trabalho —, o movimento de realocização observado no período anterior à mudança institucional (1986/89) foi acelerado, registrando um aumento significativo na taxa de crescimento médio do índice de participação das regiões de menor desenvolvimento industrial.

Esse padrão de desenvolvimento espacial do emprego industrial permite conclusões adicionais. Mesmo em setores tradicionais — como têxtil e calçados — as empresas e o processo de produção em regiões beneficiárias da realocização são, no final da década de 90, qualitativamente distintas do que eram anteriormente. Em outras palavras, houve inicialmente a extinção de empresas e postos de trabalho para, posteriormente, observar-se a realocização de empresas em busca de menores custos de mão-de-obra.

Quando observadas as taxas de crescimento da participação dos estados, pode-se identificar que as principais reduções de participação ocorrem nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Uma vez que esses estados são os mais importantes no emprego industrial, essa queda de participação é ainda mais relevante, corroborando alguns resultados já abordados pela literatura [Diniz e Crocco (1996) e Oliveira e Guimarães Neto (1997)]. Parte dessa perda é compensada pelo bom desempenho no período dos Estados do Espírito Santo e, sobretudo, de Minas Gerais, o que atenua a queda de participação da região Sudeste.

Há, portanto, um processo acelerado de desconcentração industrial inter-regiões que não necessariamente está associado com um movimento de realocização de empresas. A desconcentração pode advir de um desempenho mais favorável, ao longo do período analisado, dos setores em que as regiões beneficiárias da desconcentração mostram-se mais especializadas. A fim de se investigar se houve um processo de realocização é necessário desagregar a análise por setores industriais, o que permite adicionalmente investigar algumas possíveis motivações para esse movimento. Espera-se que: *a*) haja uma migração do emprego de setores intensivos em mão-de-obra, como calçados e têxtil, para os estados em que os salários médios sejam mais baixos; *b*) haja um melhor desempenho do emprego em setores agroindustriais — como alimentos e madeira e mobiliário — em regiões de fronteira agrícola, como o Centro-Oeste; e *c*) o emprego em setores intensivos em capital, como as indústrias metalúrgica e mecânica, esteja menos sujeito ao processo de realocização.

O primeiro passo para avaliar o deslocamento inter-regional do emprego dentro de um mesmo setor é observar os diferenciais absolutos de participação, entre 1986 e 1998, de cada estado e região para cada setor industrial (Tabela 3).³ Tomando-se as indústrias intensivas em capital (metalúrgica e mecânica), há uma nítida e intensa transferência de emprego da região Sudeste para a região Sul,

3 Os dados absolutos que originam a Tabela 3 são apresentados no Anexo.

TABELA 3

Diferenciais absolutos da participação do emprego industrial por setor — 1986/98
(Em %)

Estados/regiões	Metalúrgico	Mecânico	Madeira e mobiliário	Alimentos e bebidas	Calçados	Têxtil e artigos do vestuário
RO	0,07	0,00	1,40	0,37	0,00	0,06
AC	0,01	0,00	0,11	0,05	0,00	0,01
AM	0,04	1,00	-0,61	0,27	0,00	-0,19
RR	0,01	0,00	0,01	0,02	0,00	0,00
PA	0,28	0,06	2,19	-0,52	0,01	-0,32
AP	0,01	0,00	-0,24	-0,02	0,00	0,00
Norte	0,41	1,05	2,86	0,17	0,01	-0,43
MA	0,33	-0,10	-0,26	-0,09	-0,01	0,06
PI	0,10	0,00	0,06	0,13	0,02	0,24
CE	0,38	0,52	0,46	0,12	10,24	2,26
RN	0,04	0,02	0,09	-0,08	0,47	0,72
PB	0,04	0,02	0,07	-0,29	3,62	0,82
PE	-0,21	-0,59	-0,04	-5,04	-0,38	-0,56
AL	0,00	-0,14	0,00	-0,35	0,04	0,03
SE	0,02	-0,01	0,17	0,03	0,26	0,01
BA	-0,80	-0,66	-0,94	0,31	0,61	0,52
Nordeste	-0,08	-0,95	-0,37	-5,26	14,86	4,10
MG	-0,29	-0,04	3,05	2,95	0,30	2,89
ES	-0,44	0,38	-0,58	-0,03	-0,18	1,07
RJ	1,66	-1,95	-2,46	-1,71	-1,34	-3,32
SP	-5,76	-4,16	-6,80	-4,03	-11,54	-13,41
Sudeste	-4,82	-5,77	-6,80	-2,82	-12,77	-12,76
PR	2,10	2,79	0,62	2,78	0,17	3,79
SC	0,87	2,47	0,12	0,67	-2,72	4,28
RS	0,83	0,10	0,57	-0,38	0,72	-0,74
Sul	3,80	5,35	1,31	3,07	-1,84	7,33
MT	0,17	0,06	3,31	1,56	0,00	0,10
MS	0,03	0,00	-0,42	1,07	0,01	0,07
GO ^a	0,39	0,09	0,27	1,63	-0,27	1,52
DF	0,10	0,17	-0,17	0,58	-0,01	0,07
Centro-Oeste	0,69	0,32	2,99	4,84	-0,26	1,76

FONTE: Rais.

^a Os dados de Tocantins estão somados aos de Goiás.

ou seja, a queda de participação observada no Sudeste nesses dois setores tem como contrapartida a elevação de participação da região Sul. Há duas teses correntes para explicar esse movimento. De um lado, Baer, Haddad e Hewings (1998, p. 220 e 228) argumentam que o Mercosul pode ter o efeito de deslocar o foco de atração de novos investimentos, o que favoreceria em especial a região Sul. De outro, o deslocamento do emprego nas indústrias metalúrgica e mecânica pode estar sendo impulsionado pela guerra fiscal; nesse caso, a localização esperada seria aquela do entorno do Estado de São Paulo, ainda se aproveitando das vantagens locacionais próximas àquelas desse estado. Os dados desagregados por estado adicionam evidências consistentes com as duas teses, uma vez que o maior crescimento foi verificado no Paraná, seguido de Santa Catarina. Nesse sentido, o processo de realocização identificado é regionalmente pouco disperso, como seria esperado para setores intensivos em capital.⁴

As indústrias intensivas em recursos naturais — madeira e mobiliário e alimentos e bebidas — mostraram um padrão de realocização mais nítido, apresentando, em comum, a redução da participação do Sudeste e crescimento da participação das regiões em que o recurso natural relevante é mais abundante. No caso de madeira e mobiliário, as regiões Norte e Centro-Oeste mostram-se como as principais beneficiárias do movimento de realocização. Quando observados os dados desagregados por estado, essa atração regional é reforçada, uma vez que todo o crescimento de participação do Centro-Oeste deve-se ao aumento observado em Mato Grosso, estado contíguo à região Norte. No caso de alimentos e bebidas, por sua vez, a participação no emprego reduz-se não somente no Sudeste, mas sobretudo no Nordeste, particularmente em Pernambuco. A drástica redução do emprego no setor alimentos nesse estado é explicada pela crise que enfrentou o setor sucroalcooleiro nordestino no início da década de 90,⁵ não configurando um movimento de realocização. A região mais beneficiada pelo crescimento da participação do emprego, como era de se esperar, foi a Centro-Oeste, seguida pela região Sul. Nessa última, o crescimento deu-se predominantemente no Paraná, por onde passa a principal rota de escoamento de grãos [Caixeta-Filho *et alii* (1998)]. De fato, a configuração logística reflete-se no preço dos grãos. De acordo com os dados apresentados por Rezende e Helfand (1998), o preço do milho tende a ser mais baixo no Centro-Oeste e no Paraná, sendo mais elevado em São Paulo, Rio de Janeiro e nos estados do Nordeste.

A dinâmica espacial do emprego no setor alimentos e bebidas é bastante consistente com o movimento, já por demais referenciado na literatura, de migração

4 Deve-se fazer a ressalva de que há diversos elementos que justificam um menor deslocamento de empresas dos setores metalúrgico e mecânico, como a presença de *sunk costs* e de formas de organização da produção que se beneficiam da aglomeração industrial (*just in time*, compartilhamento de informação não-codificada etc.).

5 Adicionalmente, com frequência os estabelecimentos integrados verticalmente, como é comum no caso do setor sucroalcooleiro, registram os funcionários da atividade antecedente (cultivo da cana-de-açúcar) na atividade industrial subsequente. Desse modo, a crise do setor sucroalcooleiro tem um efeito superestimado nos dados de emprego industrial da Rais.

dos primeiros estágios de processamento de produtos agropecuários (como abate de bovinos, esmagamento de soja e moagem de milho) para a região de fronteira agropecuária. Em contraposição, as atividades de segundo processamento (como processamento de carne, óleo refinado e cereais matinais) ainda se concentram próximo ao principal centro consumidor, como Paraná e São Paulo [Lazzarini e Nunes (1998) e Sousa, Saes e Azevedo (1998)].

Os setores industriais intensivos em mão-de-obra — calçados e têxtil — apresentam um padrão de realocação do emprego distinto entre si. Em comum, ambos observaram uma redução acentuada da participação do Sudeste, superando 12 pontos percentuais. Entretanto, o padrão de deslocamento do emprego no setor calçados é bastante concentrado, com forte queda do emprego em alguns municípios, como Franca (SP), e crescimento também concentrado em algumas cidades do Ceará e, em menor escala, da Paraíba. Dados mais recentes, posteriores a 1998, devem mostrar também o crescimento do emprego na indústria calçadista da Bahia, com a recente realocação da Azaléia, a maior empresa de calçados brasileira.

No setor têxtil, ao contrário, a queda de participação do emprego paulista é explicada pelo crescimento da participação no emprego em Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Ceará e, de modo mais disperso, outros estados do Centro-Oeste e Nordeste. Em parte, esse padrão de localização — em *clusters versus* disperso — decorre de características da produção calçadista, bastante beneficiada por economias de aglomeração e ganhos derivados da coordenação vertical entre curtumes e empresas de calçados [Batalha e Silva (2000)]. Em contraposição, a produção têxtil é marcada pela descontinuidade das operações, o que permite a dispersão da produção.

O exame dos dados absolutos de emprego, ao longo do tempo, indica também uma diferença entre as regiões que apresentaram aumento da participação no emprego do setor têxtil. Essencialmente, o crescimento da participação de Santa Catarina não decorre de realocação, mas de uma queda do emprego menor do que a redução total verificada nacionalmente. O Paraná, por sua vez, apresentou crescimento consistente do emprego, o que, devido a sua proximidade com São Paulo, pode caracterizar um processo de realocação. Os estados do Nordeste, por sua vez, apresentam um interessante movimento, com a extinção de postos de trabalho e empresas no início da década de 90 e, posteriormente, crescimento do emprego, em especial no Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Esse processo marca uma profunda transformação da indústria têxtil nordestina, que passa a assentar-se em novas bases: novas ou renovadas empresas, novos postos de trabalho e novo padrão tecnológico.

Independentemente do padrão de deslocamento, é necessário explicar o porquê da intensidade da realocação das empresas dos setores calçados e têxtil. Por se tratar de setores em que o custo de mão-de-obra é bastante relevante na

composição do custo final, a hipótese mais imediata é que esse deslocamento tenha sido motivado por menores custos de mão-de-obra nas regiões que obtiveram diferenciais positivos de participação no emprego.

A fim de se avaliar essa hipótese, a Tabela 4 compara os salários médios das indústrias de calçados e têxtil nos principais estados envolvidos no processo de realocização. No caso de calçados, os estados que apresentaram expressiva queda de participação — São Paulo e Rio Grande do Sul — têm salários médios acima da média nacional, assim como Pernambuco e Rio de Janeiro, que também perderam participação. Os estados que tiveram aumento de participação, por sua vez, como Ceará, Paraíba e Minas Gerais, são estados cujo salário médio na indústria de calçados é inferior à média nacional. Outro movimento interessante e esperado de ser notado é a diminuição da diferença entre o salário médio brasileiro e aquele observado no Ceará e na Paraíba, o que revela que a realocização pode ter impactos positivos no salário das regiões beneficiárias da migração.

A diferença de salários, no entanto, é claramente insuficiente para explicar de modo abrangente o processo de realocização. Estados como Piauí e Goiás apresentam custos salariais inferiores aos do Ceará e da Paraíba, nenhuma desvantagem logística expressiva e, no entanto, não foram capazes de ampliar sua participação no emprego do setor calçadista.

TABELA 4

Salários médios por setor

(Média do Brasil = 1)

Estados	Calçados		Têxtil	
	1986	1998	1986	1998
PI	0,43	0,49	0,49	0,52
CE	0,60	0,76	0,60	0,77
PB	0,65	0,81	0,68	0,75
PE	0,95	1,22	0,81	0,81
BA	0,54	0,63	0,80	0,61
MG	0,73	0,71	0,71	0,70
RJ	0,80	1,15	0,82	0,92
SP	1,09	1,13	1,20	1,32
PR	0,68	0,75	0,74	0,71
SC	0,67	0,73	1,11	1,17
RS	1,05	1,08	0,92	0,96
GO	0,52	0,55	0,65	0,55

FONTE: Rais.

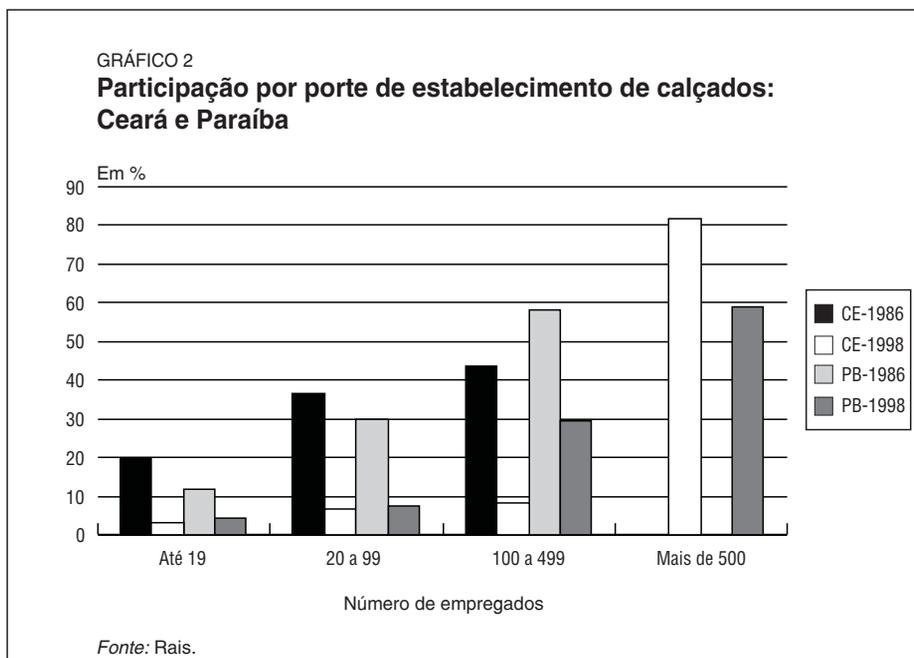
No caso da indústria têxtil, o salário médio de São Paulo é, de fato, o mais alto do Brasil, o que pode ter contribuído para a perda de participação do estado no emprego do setor. Do mesmo modo, os salários médios do Paraná, Minas Gerais e Ceará — estados que experimentaram considerável aumento da participação no emprego — eram bastante inferiores à média nacional para o setor. Entretanto, o aumento da participação de Santa Catarina claramente não pode ser explicado por diferenciais de salário, uma vez que o estado apresenta o segundo maior salário médio do país no setor têxtil. Conforme apontado, os dados absolutos de emprego por setores (ver Tabelas A.1 e A.2 no Anexo) mostram que o crescimento da participação de Santa Catarina não decorreu de aumento do emprego — o que poderia corresponder a um processo de realocização —, mas de uma queda menor do que a observada nacionalmente.

Ainda assim, é importante explicar por que o emprego em Santa Catarina foi mais estável que o emprego da indústria têxtil paulista. Para isso, há duas explicações complementares. Primeiro, há custos fixos e irrecuperáveis (*sunk costs*) em um processo de realocização, dados pela necessidade de treinamento da mão-de-obra local, aprendizado e constituição de rede local de negócios. Assim, o diferencial de custos que justifica a decisão de realocização deve ser suficientemente grande para compensar esses custos irrecuperáveis. No caso em análise, os diferenciais de salário (ganhos da realocização) são maiores para um estabelecimento paulista, não havendo indícios de diferenças no custo fixo da realocização. Segundo, outros elementos, como um adensamento mínimo do tecido industrial e infra-estrutura, são necessários para explicar a capacidade de uma região aumentar a sua participação no emprego desses setores. Entre esses elementos, um que assumiu grande importância na década de 90, sobretudo pela transferência de recursos da União para estados e municípios após a Constituição de 1988, foram as políticas regionais de desenvolvimento, baseadas no provimento de infra-estrutura e incentivos fiscais. Estados que articularam uma política de atração de investimentos — como foi o caso do Ceará — conseguiram um aumento de participação no emprego superior àquele que os condicionantes de mercado (preço dos fatores de produção) poderiam explicar.⁶

De modo geral, a análise revela que, embora a busca por menores custos de insumos (mão-de-obra ou matéria-prima) não seja um elemento suficiente para explicar a realocização, esta é uma relação claramente observada nos diversos setores. Os estados de maior crescimento da participação no emprego industrial agregado (Tabela 2) — Goiás e Mato Grosso do Sul — apresentam simultaneamente menores custos de insumos intensivos em recursos naturais, como produtos da agropecuária, e salários médios mais baixos, podendo atrair também os setores intensivos em trabalho.

6 A respeito de algumas políticas estaduais de incentivo ao investimento industrial, ver Rodrigues (1998).

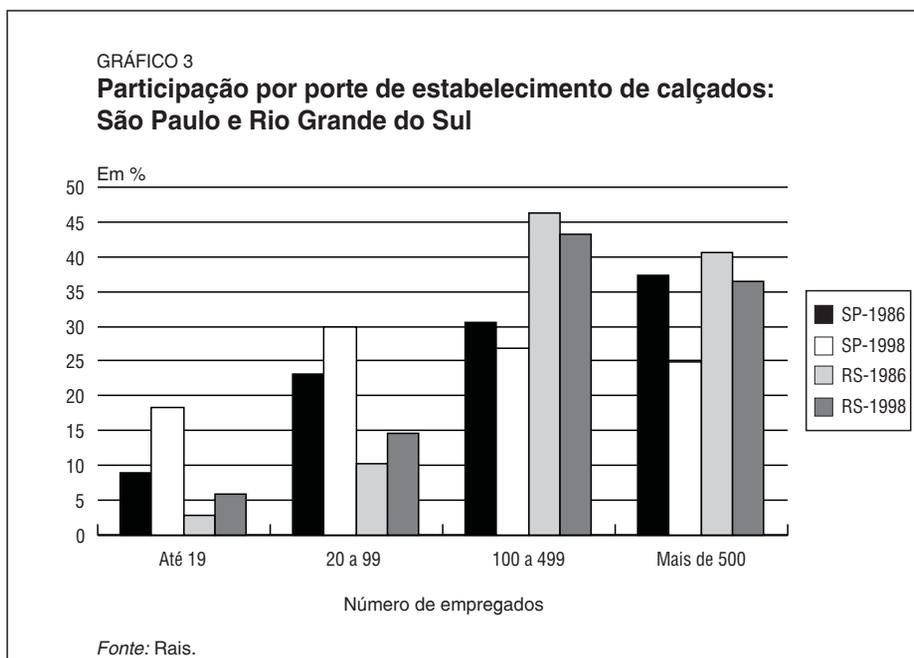
Uma vez que os diferenciais de preços de insumos não são suficientes — ainda que permaneçam importantes — para explicar o processo de realocização do emprego em sua totalidade, as políticas de concessão de incentivos fiscais devem ter afetado as decisões de realocização do emprego industrial. Supondo que as empresas de grande porte tenham maior capacidade de se apropriar desse tipo de incentivo,⁷ espera-se que o porte-padrão dos estabelecimentos nos estados beneficiários do movimento de realocização seja maior do que aquele observado nos mesmos estados no passado. Em outras palavras, um processo de realocização calcado em incentivos fiscais tem como impacto adicional uma modificação no perfil dos estabelecimentos, introduzindo um viés pró grandes empresas. O Gráfico 2 compara o tamanho dos estabelecimentos para o caso do setor de calçados em 1986 e 1998, nos dois principais estados beneficiários da realocização. Pode-se notar claramente uma acentuada elevação do porte dos estabelecimentos, de tal modo que mais da metade do emprego no setor calçados, em 1998, no Ceará e Paraíba, estava vinculada a estabelecimentos com mais de 500 empregados.



7 Essa suposição pode ser sustentada por dois argumentos não-mutuamente excludentes. Primeiro, a obtenção de incentivos fiscais depende de domínio de informação relevante e capacidade de negociação, elementos fortemente sujeitos a economias de escala. Segundo, grandes empreendimentos são proporcionalmente mais visíveis, de tal modo que a renúncia fiscal para atrair uma grande empresa pode traduzir-se em um maior número de votos ao governante. Como consequência, estes têm mais interesse em conceder favores fiscais a empresas de maior porte.

O fenômeno de aumento do tamanho médio das plantas pode estar associado a uma tendência da indústria, de tal modo que o mesmo padrão poderia ser observado em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Com a finalidade de avaliar se o porte dos estabelecimentos do Ceará e da Paraíba distingue-se dos demais, o Gráfico 3 apresenta o porte dos estabelecimentos situados naqueles dois estados. Pode-se notar que as empresas, na sua maioria, são médias (de 100 a 499 empregados) e, adicionalmente, a tendência entre 1986 e 1998 foi de queda do tamanho dos estabelecimentos. Há, portanto, fortes indícios de que a política de atração de investimentos dos governos estaduais do Ceará e da Paraíba — o que inclui concessão de incentivos fiscais — foi determinante no processo de realocização de empresas da indústria calçadista.

O movimento expresso nos Gráficos 2 e 3, entretanto, poderia decorrer do crescimento natural de alguns estabelecimentos calçadistas dos dois estados nordestinos, não refletindo necessariamente a instalação de novas plantas, atraídas por políticas regionais de desenvolvimento.⁸ A rigor, os dados da Rais, por não apresentarem a identificação do estabelecimento, não permitem respostas inequívocas a essa questão. Contudo, dados sobre o número de estabelecimentos, classificados por número de empregados, sugerem que novas plantas de grande porte foram instaladas no Ceará e na Paraíba, assim como outras foram fechadas



8 Os autores agradecem a um dos pareceristas anônimos por essa observação.

em São Paulo e Rio Grande do Sul. A Tabela 5 mostra que houve aumento do número de estabelecimentos nos dois estados nordestinos em todas as classes de tamanho, mas o crescimento é proporcionalmente maior em estabelecimentos com mais de 500 empregados. Isso revela que o aumento do tamanho médio não decorre apenas do crescimento das plantas anteriormente existentes. Em contraposição, São Paulo e Rio Grande do Sul apresentaram crescimento do número de pequenos estabelecimentos (até 19 empregados) e decréscimo acentuado dos estabelecimentos de maior porte (acima de 100 empregados).

A divisão da taxa de crescimento da participação para cada setor, na Tabela 6, nos mesmos períodos utilizados na Tabela 2 — pré-abertura (1986/90), período de ajuste (1991/93) e período de consolidação (1994/97) —, conduz a alguns resultados distintos dos observados nos dados agregados. Enquanto no agregado o período de consolidação apresentava uma tendência de desconcentração acelerada, em uma análise setorial não é possível observar um padrão comum a todos os setores.

No caso das indústrias metalúrgica e mecânica, o movimento relevante, conforme expresso na Tabela 3, deu-se do Sudeste para o Sul, de tal modo que as elevadas taxas observadas na Tabela 6 em outras regiões, como a região Norte, refletem sobretudo uma pequena base inicial. A exemplo do observado nos dados agregados, o momento de realocação foi intensificado na comparação do primeiro período com o último. É importante notar que o aumento da participação do Sul foi ainda mais intenso entre 1990 e 1993. Entretanto, nesse período houve intensa queda do emprego em ambos os setores, o que indica um ajuste mais intenso na indústria paulista que nas demais, e não propriamente um processo de realocação.

TABELA 5

Estabelecimentos de calçados por porte: CE, PB, SP e RS

	Número de empregados por estabelecimento			
	Até 19	20 a 99	100 a 499	Mais de 500
CE-1986	68	17	5	0
CE-1998	107	28	7	7
PB-1986	30	5	2	0
PB-1998	48	13	11	4
SP-1986	1.164	432	123	27
SP-1998	1.609	247	50	11
RS-1986	972	289	263	54
RS-1998	1.404	304	175	42

FONTE: Rais.

TABELA 6

Evolução da participação no emprego industrial por setores

(Em % a.a.)

Setor	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Metalúrgico					
1986/1989	6,9	-2,7	-0,1	0,8	1,4
1990/1993	1,2	-5,4	-0,3	2,8	3,4
1994/1998	2,9	6,0	-1,0	1,9	5,9
Mecânico					
1986/1989	3,5	-6,3	0,2	0,1	-7,2
1990/1993	-2,4	2,5	-1,5	4,1	14,6
1994/1998	14,3	-4,1	-0,6	1,0	6,2
Madeira e mobiliário					
1986/1989	7,5	0,1	-1,7	0,1	0,3
1990/1993	3,8	-3,5	-2,5	1,3	3,7
1994/1998	-0,7	1,6	-0,7	-0,5	7,4
Alimentos e bebidas					
1986/1989	1,1	1,5	-1,3	-0,2	4,4
1990/1993	-1,2	-4,3	1,4	1,0	7,4
1994/1998	1,7	-1,7	-1,5	2,3	8,6
Calçados					
1986/1989	20,2	-3,8	-3,1	2,5	-12,6
1990/1993	-26,3	17,0	-1,8	0,1	3,7
1994/1998	24,5	29,7	-4,1	-2,2	-4,2
Têxtil					
1986/1989	-11,2	4,5	-1,2	1,5	4,6
1990/1993	-6,7	-1,6	-0,9	4,4	7,3
1994/1998	1,7	4,4	-2,6	3,2	12,3

FONTE: Rais.

A indústria de madeira e mobiliário, cujo movimento relevante deu-se do Sudeste para o Norte e Centro-Oeste, apresentou um processo de realocação bastante particular. A perda de participação do Sudeste reduziu-se no período recente, tendo havido também pequena queda no Norte, ao contrário do que era previsto. Quando analisados os dados desagregados por estado, sobressaem os estados contíguos de Mato Grosso e Rondônia, ambos tendo um aumento significativo entre 1993 e 1998. Em contrapartida, a indústria de alimentos e bebidas — com exceção do Nordeste, que sofreu mais fortemente a crise do setor sucroalcooleiro — segue o padrão diagnosticado nos dados agregados. A desconcentração

do emprego industrial no período 1986/89 é intensificada no período recente, após o ajuste defensivo da indústria no início da década.

A indústria de calçados — cujo movimento relevante deu-se do Sul e Sudeste para a região Nordeste — também apresentou um forte movimento de realocação no período de ajuste. É digno de nota que a queda de participação da região Sudeste foi verificada anteriormente àquela da região Sul, que foi observada entre 1994 e 1997. Essa defasagem entre as duas regiões pode decorrer da valorização cambial nesse período, cujos efeitos foram mais fortes no Vale dos Sinos, região responsável por cerca de 80% das exportações brasileiras. Finalmente, o setor têxtil também mostra uma intensificação da perda de participação do Sudeste no período recente. No entanto, as regiões que ampliaram sua participação apresentaram movimentos distintos, com intensificação do crescimento do Centro-Oeste e Sul, e manutenção das taxas anteriores à mudança institucional no Nordeste.

Como resultado geral, pode-se inferir que as particularidades setoriais — como sensibilidade à taxa de câmbio, distintos cronogramas de redução de tarifas e intensidade de custos irrecuperáveis (que dificultam a realocação) — mascaram os efeitos da mudança institucional comum. O efeito é observado, mas de modo distinto entre os diversos setores.

3 - O emprego industrial no Estado de São Paulo

As hipóteses levantadas inicialmente no trabalho eram de que as mudanças institucionais ocorridas na economia brasileira no final dos anos 80 acentuaram um processo de realocação do emprego industrial, motivado pela busca de menores custos e incentivos fiscais. Esperava-se que: *a*) o emprego em setores intensivos em trabalho (têxtil e calçados) se deslocasse para as regiões de salários mais baixos (com destaque para o Nordeste); *b*) setores intensivos em recursos naturais (alimentos e madeira) tivessem seu emprego deslocado para as regiões em que o recurso natural relevante era mais abundante (Centro-Oeste); e *c*) a distribuição espacial do emprego em setores intensivos em capital (metalúrgico e mecânico) não se alterasse significativamente.

Os dados apresentados na seção anterior confirmam, de certa forma, as duas primeiras expectativas mas não a terceira. Em termos inter-regionais, o emprego nos setores intensivos em capital manteve-se concentrado nas regiões mais desenvolvidas do país (Sudeste e Sul), confirmando que, com a abertura, os setores mais dinâmicos da economia tendem a situar-se nas regiões com maior densidade industrial, maior mercado consumidor, melhor infra-estrutura e mão-de-obra mais qualificada. No entanto, foi possível observar (Tabela 3) um movimento de realocação nas indústrias metalúrgica e mecânica internamente à região Sudeste e desta para a região Sul.

Para complementar a análise desse processo, esta seção avalia a evolução do emprego dentro do Estado de São Paulo (ESP), desmembrando-o em região metropolitana (RMSP) e interior. Desse modo, pode-se avaliar se houve realocação dentro das fronteiras do mesmo estado, controlando parte dos efeitos da guerra fiscal.

Como já destacado, São Paulo foi, junto com o Rio de Janeiro, o estado que apresentou a maior retração do emprego formal industrial. Observa-se no Gráfico 4 que a tendência do comportamento do emprego industrial no ESP e nas suas regiões é semelhante à do resto do Brasil. A forte retração industrial no início da década decorre tanto do quadro recessivo da economia brasileira como da abertura comercial, que deflagrou processos de reestruturação industrial em todas as regiões do país. Destaca-se no Gráfico 4 que o pior desempenho do ESP acentuou-se a partir de 1991, quando se amplia a distância entre as curvas que mostram a evolução do emprego no Brasil e no ESP. Isso poderia ser explicado tanto por um processo de realocação como pelo estado ter uma participação significativamente maior nos setores que foram mais afetados pelas transformações ocorridas. Nesse último caso, a indústria do ESP como um todo apresentaria um desempenho pior que a média, mas não tenderia a ocorrer mudança significativa das participações dos estados em cada setor. Para aprofundar essa análise, a

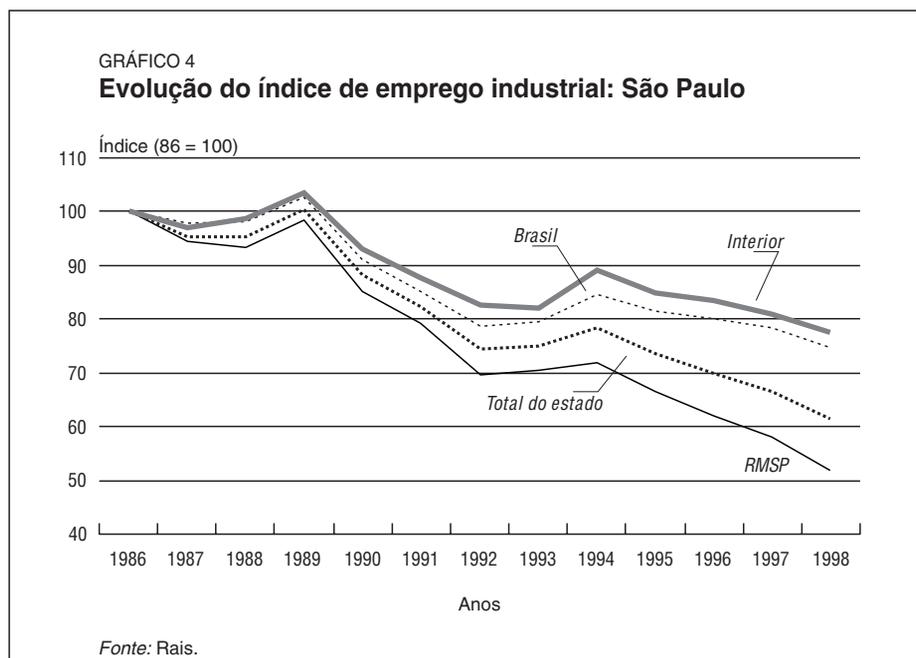


Tabela 7 traz evidências a partir de setores selecionados, concluindo que houve, de fato, queda de participação do ESP, independentemente do setor industrial.⁹

Dividindo-se o ESP em RMSP e interior, observa-se, no Gráfico 4, que a retração do primeiro pode ser explicada completamente pelo desempenho da RMSP, que apresentou uma retração de 48% no emprego industrial nesse período. Essa queda foi significativamente maior do que a do Brasil (-25%), enquanto no interior ela foi ligeiramente inferior à do país (-23%), atenuando uma queda ainda mais acentuada do ESP. Com isso, a RMSP passou de uma participação de 29,1% do emprego industrial no Brasil e 46,6% no ESP, em 1986, para 20,2% e 38,3%, respectivamente, em 1998, enquanto o interior obteve um pequeno crescimento da sua participação no emprego industrial do país. Nota-se, portanto, um processo de realocação do emprego industrial também dentro do Estado de São Paulo.

A diferença de desempenho entre a RMSP e o interior também poderia ser explicada pela diferença da estrutura industrial das duas regiões, com a RMSP tendo uma participação maior dos setores que foram mais afetados pela abertura. Também nesse caso, os dados mostram que, independentemente do setor industrial, assiste-se a um processo de realocação com perda de importância do ESP e, dentro deste, aumento da participação do interior.

A Tabela 7 evidencia que o Estado de São Paulo apresentou, no período 1986/98, queda na participação no emprego em todos os setores analisados, o

TABELA 7

Participação do emprego total do setor no Brasil — 1986/97

(Em %)

Setores	Estado de São Paulo			Região metropolitana			Interior		
	1986	1998	1998/ 1986	1986	1998	1998/ 1986	1986	1998	1998/ 1986
Metalúrgico	50,99	45,20	0,89	36,90	26,72	0,72	14,08	18,48	1,31
Mecânico	60,49	56,32	0,93	35,31	29,73	0,84	25,17	26,59	1,06
Têxtil	47,22	33,80	0,72	29,07	17,50	0,60	18,15	16,30	0,90
Calçados	30,20	18,66	0,62	5,32	1,94	0,37	24,89	16,72	0,67
Alimentos e bebidas	30,67	26,64	0,87	9,82	8,76	0,89	20,85	17,87	0,86
Madeira e mobiliário	26,82	20,00	0,75	14,01	7,54	0,54	12,82	12,46	0,97

FONTE: Rais.

⁹ Essa queda de participação poderia decorrer também de um processo de terceirização ou crescimento do mercado informal mais intenso no ESP do que nas demais regiões do país, o que traria um viés às análises baseadas na Rais. Não há, entretanto, evidências qualitativas de um processo de terceirização distinto no ESP para corroborar ou refutar essa possibilidade.

que reflete taxas de crescimento do emprego menores do que as do Brasil em cada um dos setores. Deve-se notar que as maiores diferenças aparecem nos setores madeira e mobiliário, têxtil e calçados. O primeiro setor pode ser explicado pela necessidade de a indústria localizar-se próximo às fontes de matérias-primas ou ao mercado consumidor, o que também é o caso do setor alimentos e bebidas, enquanto os dois últimos, como destacado na seção anterior, experimentaram um processo de realocização motivado por custos da mão-de-obra combinados com incentivos fiscais. A menor queda de participação foi observada no setor mecânico, em que elementos como custos irrecuperáveis e necessidade de adensamento produtivo dificultam estratégias de realocização.

Desmembrando-se o ESP em RMSP e interior, percebe-se que a primeira apresentou taxas de crescimento do emprego inferiores às do estado em todos os setores industriais, com exceção de alimentos e bebidas, concentrando grande parte da redução da participação estadual no Brasil. Na comparação do desempenho do interior em relação ao Brasil, nota-se uma *performance* inferior nos setores em que o ESP como um todo apresentou o pior desempenho relativo: alimentos e bebidas, calçados, têxtil e madeira e mobiliário. Nos setores mecânico e, sobretudo, metalúrgico, o desempenho foi superior ao do país.¹⁰

Esses dados confirmam, portanto, que, a exemplo do que foi observado para o Brasil, houve um processo de desconcentração do emprego industrial dentro do ESP, com a diminuição da importância da RMSP.¹¹ Deve-se destacar que, enquanto no país a desconcentração mais acentuada se dá nos setores leves da indústria (têxtil, calçados e alimentos), dentro do ESP o maior movimento concentra-se em setores pesados (metalúrgico e mecânico).

As Tabelas 8 e 9 mostram a evolução da participação da RMSP, do interior e dos estados do Sul e Sudeste nos setores metalúrgico e mecânico. Em primeiro lugar, deve-se destacar que a participação das regiões Sul e Sudeste em conjunto não apresentou tendência a queda, assim, esses setores continuam concentrados nas regiões mais ricas do país.

No setor metalúrgico, observa-se que o estado que concentrou, praticamente, a totalidade das perdas foi São Paulo, ficando estas restritas à RMSP. Da perda de 10 pontos percentuais na participação da RMSP, 4 foram absorvidos no próprio estado pelo aumento da participação do interior e o restante se distribuiu, basicamente,

10 Esse melhor desempenho do interior também se verificou em outros setores, como, por exemplo, materiais elétricos e de comunicação, papel e gráfica, químico e material de transporte.

11 A perda de participação da RMSP poderia ser um reflexo da expansão desse pólo industrial para regiões administrativas de seu entorno, o que não caracterizaria um movimento de desconcentração. Entretanto, dados da participação no emprego por região administrativa do ESP revelam que houve um crescimento mais intenso, embora sobre uma base menor, nas regiões mais distantes da região metropolitana (Araçatuba, Barretos, Bauru, Central, Franca, Marília, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto). As regiões que poderiam constituir um contínuo industrial com a RMSP (Campinas, Santos, São José dos Campos e Sorocaba) apresentaram também crescimento da participação no período, porém em níveis inferiores.

TABELA 8

Participação do emprego da indústria metalúrgica no Brasil — 1986/98

(Em %)

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
ESP	50,99	50,52	50,52	50,95	48,94	50,02	48,99	47,00	47,00	46,94	45,16	46,54	45,20
RMSP	36,90	36,02	35,31	35,31	33,05	33,26	32,01	32,98	30,08	29,76	28,21	28,23	26,72
Interior	14,08	14,50	15,21	15,64	15,88	16,76	16,98	14,02	16,92	17,18	16,94	18,31	18,48
Minas Gerais	17,37	18,26	18,23	17,98	18,96	18,12	18,77	18,25	18,55	18,12	17,72	17,83	17,08
Espírito Santo	1,88	1,94	1,88	1,80	1,77	1,76	1,49	1,32	1,54	1,59	1,70	1,67	1,45
Rio de Janeiro	7,60	7,30	7,30	6,92	7,32	7,51	7,94	10,10	10,39	10,27	10,46	9,11	9,26
Região Sudeste	26,85	27,50	27,42	26,69	28,05	27,39	28,20	29,67	30,48	29,99	29,89	28,61	27,79
Paraná	2,21	2,13	2,33	2,16	2,34	2,34	2,41	2,64	3,07	3,12	3,53	3,77	4,31
Santa Catarina	3,74	3,83	3,71	3,94	3,90	3,52	3,91	4,17	3,88	4,29	5,23	4,10	4,61
Rio Grande do Sul	8,73	8,60	8,73	8,96	9,29	9,24	9,67	9,99	8,94	8,54	9,01	9,27	9,56
Região Sul	14,68	14,56	14,77	15,05	15,53	15,10	16,00	16,80	15,89	15,96	17,76	17,14	18,49

FONTE: Rais.

TABELA 9

Participação do emprego da indústria mecânica no Brasil — 1986/98

(Em %)

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
ESP	60,49	61,13	61,26	60,86	61,08	60,84	59,41	57,94	57,48	59,29	57,91	57,42	56,32
RMSP	35,31	36,73	36,84	36,44	36,25	35,86	33,61	31,67	33,22	34,34	33,71	31,41	29,73
Interior	25,17	24,41	24,41	24,42	24,83	24,97	25,80	26,27	24,26	24,95	24,20	26,01	26,59
Minas Gerais	4,70	4,39	4,82	4,90	4,83	4,70	4,88	4,99	3,81	4,16	4,58	4,84	4,66
Espírito Santo	0,25	0,24	0,25	0,32	0,28	0,32	0,36	0,40	0,51	0,56	0,52	0,58	0,64
Rio de Janeiro	6,84	7,24	6,93	6,71	6,12	5,91	5,71	5,11	4,82	4,98	4,96	5,04	4,89
Região Sudeste	11,80	11,88	12,00	11,93	11,24	10,92	10,95	10,50	9,13	9,70	10,06	10,46	10,19
Paraná	4,19	4,50	4,58	4,89	5,14	5,56	5,63	6,25	5,95	6,28	6,70	6,69	6,98
Santa Catarina	5,79	6,11	6,10	6,72	6,85	7,49	7,92	8,30	9,57	8,09	8,27	7,84	8,26
Rio Grande do Sul	12,70	11,72	11,58	11,15	10,94	10,56	11,33	12,13	13,03	12,37	12,35	13,07	12,80
Região Sul	22,68	22,33	22,26	22,76	22,93	23,62	24,88	26,68	28,55	26,75	27,32	27,60	28,03

FONTE: Rais.

mente, pelo Rio de Janeiro e estados da região Sul. Percebe-se, portanto, que o deslocamento das empresas metalúrgicas ficou contido na região mais desenvolvida do país. Pode-se inferir que esse setor está sujeito à influência da guerra fiscal, dado o crescimento dos estados limítrofes com São Paulo. Contudo, infra-estrutura, adensamento da cadeia produtiva e demais elementos relevantes para compor o tecido industrial surgem como o principal elemento de atração, uma vez que grande parte do deslocamento deu-se dentro do ESP, onde o efeito da guerra fiscal é reduzido.

No caso do setor mecânico, a análise é semelhante, mas a perda de participação de São Paulo no emprego tem como contrapartida principal a elevação da parcela correspondente a Santa Catarina e Paraná, não havendo movimento relevante dentro do Estado de São Paulo. É possível que a diferença entre os setores decorra de uma sensibilidade maior do setor mecânico aos incentivos fiscais — o que seria o caso do setor automobilístico. Entretanto, a base de dados utilizada para a análise não permite inferências dessa ordem.

4 - Comentários finais

O processo de distribuição espacial do emprego industrial no Brasil, observado no período recente, reconfirma as tendências de desconcentração que caracterizaram a economia brasileira a partir da segunda metade da década de 70. Embora tenha havido um arrefecimento desse movimento no período pré-abertura, a consolidação dos efeitos da mudança no ambiente institucional — abertura de mercado e guerra fiscal — está associada a uma aceleração da realocação do emprego industrial. Esse processo não se deu de imediato, em parte por restrições do ambiente de instabilidade econômica do início da década, que impunha estratégias defensivas às empresas. Dessa forma, o movimento de realocação é mais nítido a partir de 1994.

O padrão de realocação, no entanto, é distinto daquele observado na segunda metade dos anos 70, cujo impulso estava associado aos investimentos públicos. Naquele caso, a condução da política de desenvolvimento pela União permitiu que a realocação transformasse a estrutura produtiva dos estados receptores dos novos investimentos, sendo o Pólo Petroquímico de Camaçari um dos ícones dessa transformação. No período recente, a realocação ainda é influenciada pela ação pública, conduzida predominantemente no nível estadual. No entanto, o deslocamento dos setores industriais tem confirmado o movimento que seria esperado pela ação independente das empresas em busca de menores custos de produção. Em outras palavras, o movimento mais relevante de realocação consiste na migração do emprego, em indústrias intensivas em trabalho, para regiões em que o custo da mão-de-obra é inferior à média nacional e, em indústrias intensivas em matéria-prima, para regiões em que o recurso natural relevante é mais barato. Embora a ação dos governos estaduais seja relevante para explicar o

destino dos novos investimentos, não se observa, na maior parte dos casos, uma mudança significativa da estrutura produtiva nos diversos estados.

O emprego nos setores intensivos em capital continua concentrado na região Centro-Sul beneficiando-se da densidade industrial. Deve-se notar que a perda de participação do Estado de São Paulo para os demais estados da região nos setores metalúrgico e mecânico mostra que os incentivos fiscais são relevantes, mas o amplo processo de realocização, também dentro do estado, evidencia que não é apenas a guerra fiscal o determinante para a localização desses setores. A qualificação da mão-de-obra, a infra-estrutura disponível e a proximidade do mercado consumidor são fatores determinantes em uma estratégia de realocização.

Finalmente, embora haja uma nítida tendência de desconcentração do emprego industrial, não é possível concluir que haja uma desconcentração da renda. As características do processo de distribuição espacial do emprego permitem afirmar que o Centro-Sul tem perdido postos de trabalho em setores de baixo conteúdo tecnológico, como alimentos, calçados, madeira e têxtil. Ademais, mesmo nesses setores, há uma migração de plantas freqüentemente não acompanhada pela gerência superior. Em outras palavras, as atividades de maior relevância nesses setores, como *marketing* e *design*, ainda se encontram no Centro-Sul. Esses elementos podem contribuir para conciliar as conclusões aparentemente díspares entre os trabalhos recentes sobre desenvolvimento regional [Diniz (1999) e Sabóia (1999)], sobretudo por abordarem variáveis distintas — produto e emprego —, cuja dissociação ficou evidente na reestruturação industrial dos anos 90.

Anexo

TABELA A.1

Evolução do emprego industrial formal por setores selecionados — metalúrgico, mecânico, madeira e mobiliário

Estados/ regiões	Metalúrgico				Mecânico				Madeira e mobiliário			
	1986	1989	1993	1998	1986	1989	1993	1998	1986	1989	1993	1998
RO	152	196	158	418	132	273	159	64	4.747	6.126	5.509	8.760
AC	30	52	29	47	3	4	2	0	357	489	548	687
AM	3.177	3.790	1.746	2.373	4.336	4.740	2.818	4.990	6.504	7.041	4.319	3.297
RR	30	11	20	44	1	4	10	0	221	178	186	205
PA	2.405	2.997	3.332	2.954	283	317	247	303	17.450	20.956	24.372	22.053
AP	2	138	167	55	22	10	13	1	1.090	869	78	76
Norte	5.796	7.184	5.452	5.891	4.777	5.348	3.249	5.358	30.369	35.659	35.012	35.078
MA	2.805	4.498	1.163	3.466	517	800	386	32	5.763	5.041	5.143	3.874
PI	259	144	194	662	163	174	102	93	1.239	1.066	1.090	1.231
CE	6.732	6.803	5.334	6.399	1.883	1.540	1.672	2.378	3.370	3.542	2.943	4.401
RN	614	462	112	602	829	698	448	533	812	1.006	737	993
PB	1.309	1.397	796	1.089	319	281	141	235	896	791	483	992
PE	9.819	8.724	5.217	5.803	4.733	4.776	2.277	1.223	4.147	3.758	2.642	3.301
AL	904	1.556	437	634	981	863	539	210	748	636	457	630
SE	559	504	443	490	197	148	162	76	541	560	463	1.053
BA	13.326	9.896	5.951	5.492	6.147	3.810	3.950	1.847	8.841	8.583	4.338	4.085
Nordeste	36.327	33.984	19.647	24.637	15.769	13.090	9.677	6.627	26.357	24.983	18.296	20.560

(continua)

(continuação)

Estados/ regiões	Metalúrgico				Mecânico				Madeira e mobiliário			
	1986	1989	1993	1998	1986	1989	1993	1998	1986	1989	1993	1998
MG	116.168	122.042	89.598	78.673	20.671	21.754	14.849	11.705	21.018	21.440	18.892	27.962
ES	12.588	12.217	6.467	6.664	1.112	1.439	1.189	1.597	9.895	8.410	4.827	6.198
RJ	50.811	46.943	49.585	42.658	30.080	29.789	15.188	12.292	23.723	20.460	15.145	11.153
SP	340.941	345.876	230.693	208.328	265.931	270.192	172.331	141.468	111.906	99.478	75.711	69.226
Sudeste	520.508	527.078	376.343	336.323	317.794	323.174	203.557	167.062	166.542	149.788	114.575	114.539
PR	14.794	14.654	12.954	19.850	18.426	21.722	18.584	17.523	69.089	61.334	56.582	59.416
SC	25.020	26.718	20.457	21.253	25.446	29.829	24.693	20.737	62.586	63.372	54.524	52.276
RS	58.381	60.802	49.040	44.048	55.823	49.491	36.065	32.146	43.544	41.679	37.182	38.072
Sul	98.195	102.174	82.451	85.151	99.695	101.042	79.342	70.406	175.219	166.385	148.288	149.764
MT	544	820	717	1.162	130	114	148	218	7.996	9.923	11.274	18.075
MS	994	1.132	1.042	830	320	369	428	183	5.112	3.381	1.870	2.780
GO	5.397	5.362	4.121	5.497	934	627	628	769	3.491	2.751	2.992	3.825
DF	939	1.026	1.012	1.118	227	192	301	549	2.111	1.820	1.338	1.178
Centro-Oeste	7.874	8.340	6.892	8.607	1.611	1.302	1.505	1.719	18.710	17.875	17.474	25.858
Total	668.700	678.760	490.785	460.609	439.646	443.956	297.330	251.172	417.197	394.690	333.645	345.799

TABELA A.2

Evolução do emprego industrial formal por setores selecionados — alimentos e bebidas, calçados, têxtil e artigos do vestuário

Estados/ regiões	Alimentos e bebidas				Calçados				Têxtil e artigos do vestuário			
	1986	1989	1993	1998	1986	1989	1993	1998	1986	1989	1993	1998
RO	868	1.555	1.385	4.485	0	0	3	5	36	103	184	381
AC	436	693	691	964	0	17	1	0	12	12	21	69
AM	3.799	5.037	4.582	6.661	5	10	4	0	3.482	2.697	906	1.117
RR	186	253	253	415	0	0	0	0	5	3	7	25
PA	15.751	16.085	12.476	12.064	36	42	12	38	5.909	3.760	2.767	1.956
AP	638	632	361	495	0	1	0	0	12	0	4	32
Norte	21.678	24.255	19.748	25.084	41	70	20	43	9.456	6.575	3.889	3.580
MA	4.551	4.789	4.804	4.031	66	3	4	22	394	827	585	649
PI	2.574	3.327	2.869	4.053	12	26	50	37	3.718	4.166	4.618	3.900
CE	23.999	27.370	22.596	27.102	1.936	1.229	3.513	20.243	37.772	39.669	33.162	38.490
RN	10.741	13.641	12.751	10.893	221	207	205	1.013	16.216	20.373	9.841	15.026
PB	14.047	17.583	11.374	12.413	889	994	5.344	7.297	8.365	10.129	7.953	10.428
PE	107.463	121.824	72.863	68.482	3.702	3.772	1.334	1.817	28.552	31.786	21.194	15.380
AL	46.723	50.869	37.547	47.231	36	12	66	92	2.688	3.258	2.167	1.941
SE	6.031	5.933	5.150	6.799	298	322	1.630	675	8.108	11.126	8.454	5.382
BA	21.462	24.026	23.555	26.141	720	337	338	1.626	9.815	9.888	7.921	9.573
Nordeste	237.591	269.362	193.509	207.145	7.880	6.902	12.484	32.822	115.628	131.222	95.895	100.769

(continua)

(continuação)

Estados/ regiões	Alimentos e bebidas				Calçados				Têxtil e artigos do vestuário			
	1986	1989	1993	1998	1986	1989	1993	1998	1986	1989	1993	1998
MG	62.251	70.158	68.243	95.264	20.052	17.641	17.830	14.215	87.833	89.498	71.361	75.193
ES	12.962	14.665	14.442	13.737	2.650	2.073	1.221	1.466	8.624	9.477	9.494	12.137
RJ	69.346	72.502	55.271	58.766	5.409	5.897	3.860	1.202	105.727	98.657	72.000	49.350
SP	268.654	273.943	251.364	252.354	81.874	72.614	65.328	34.478	435.277	414.241	307.065	204.648
Sudeste	413.213	431.268	389.320	420.121	109.985	98.225	88.239	51.361	637.461	611.873	459.920	341.328
PR	50.671	58.636	57.582	81.115	1.511	1.683	1.907	1.337	21.571	28.025	31.855	37.077
SC	39.812	41.051	37.705	49.408	11.545	8.628	6.689	2.842	87.800	91.038	85.489	83.577
RS	79.901	84.149	68.058	82.828	138.228	149.733	146.775	95.526	40.453	36.592	26.905	22.074
Sul	170.384	183.836	163.345	213.351	151.284	160.044	155.371	99.705	149.824	155.655	144.249	142.728
MT	5.667	8.221	9.801	20.893	40	61	106	33	355	692	673	858
MS	6.083	8.010	9.143	16.753	52	135	191	61	522	449	691	793
GO	18.918	21.713	23.161	35.856	1.734	939	1.041	691	8.017	9.090	9.239	14.438
DF	2.278	2.699	4.159	7.957	52	96	35	9	595	556	555	806
Centro-Oeste	32.946	40.643	46.264	81.459	1.878	1.231	1.373	794	9.489	10.787	11.158	16.895
Total	875.812	949.364	812.186	947.160	271.068	266.472	257.487	184.725	921.858	916.112	715.111	605.300

Abstract

This paper investigates the pattern of geographic distribution of industrial employment in Brazil, based on evidences from six industrial sectors. The de-concentration pattern observed in the period 1974/88 was re-enforced during the 90's, driven by the institutional change in 1989/90 (trade liberalization and 1988 Constitution). The analysis separates the 90's into two different intervals: a) 1990/93, characterized by defensive strategies, such as cost cuts; and b) 1994/98, with new investments, such as plant relocation. The analysis shows that the employment in labor intensive sectors migrated to low wage areas, whereas natural resource intensive sectors relocated in regions where the relevant natural resource was more available. On the other hand, the employment in capital intensive sectors relocated in areas nearby São Paulo, such as Paraná and Minas Gerais, which provide infrastructure and logistic advantages, industrial density and qualified labor. In addition, there are evidences of the importance of regional policies, conducted by state governments. Finally, there was also a relocation of industrial employment inside São Paulo State, which indicates that state policies were not necessary conditions for employment relocation.

Bibliografia

- ANDRADE, T. A., SERRA, R. V. (Des)Concentração espacial da indústria brasileira: possibilidades e limites da investigação. *Anais do XXVIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia* — ANPEC, 1999.
- AZZONI, C. R. Concentração regional e dispersão das rendas *per capita* estaduais: análise a partir das séries históricas estaduais de PIB, 1939-1995. *Estudos Econômicos*, v. 27, n. 3, p. 341-393, 1997.
- BAER, W., HADDAD, E., HEWINGS, G. The regional impact of neo-liberal policies in Brazil. *Economia Aplicada*, v. 2, n. 2, p. 219-241, 1998.
- BATALHA, M., SILVA, C. A. (coords.). *Eficiência econômica e competitividade da cadeia agroindustrial da pecuária de corte no Brasil*. CNA/CNI/Sebrae, 2000.
- CAIXETA-FILHO, J. V., SILVA, N. V., GAMEIRO, A. H., LOPES, R. L., GALVANI, P. C., MARTIGNON, L. M., MARQUES, R. W. C. Competitividade no *agribusiness*: a questão do transporte em um contexto logístico. In: FARINA, E. M. M. Q., ZYLBERSZTAJN, D. (coords.). *Competitividade no agribusiness brasileiro*. PENSA-IPEA, CD-ROM, 1998.
- CANO, W. Auge e inflexão da desconcentração econômica regional. In: AFFONSO, R. B. A., SILVA, P. L. B. *A Federação em perspectiva: ensaios selecionados*. São Paulo: Hucitec — Abet, 1997.
- COUTINHO, L., FERRAZ, J. C. (coords.). *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. São Paulo: Papyrus, 1994.
- DINIZ, C. C. *Dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas*. IPEA, 1995 (Texto para Discussão, 375).

- . A nova configuração urbano-industrial no Brasil. *Anais do XXVIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia — ANPEC*, 1999.
- DINIZ, C. C., CROCCO, M. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. *Nova Economia*, v. 6, n. 1, p. 77-102, jul. 1996.
- LAZZARINI, S. G., NUNES, R. competitividade do sistema agroindustrial da soja. In: FARINA, E. M. M. Q. (coord.). *Competitividade da agroindústria brasileira*. PENSA-IPEA, CD-ROM, 1998.
- MOREIRA, M. M. *A indústria brasileira nos anos 90. O que já se pode dizer?* Trabalho apresentado no programa de seminários acadêmicos. São Paulo: FEA/USP, jun. 2000.
- MOREIRA, M. M., NAJBERG, S. Abertura comercial: criando ou exportando empregos? *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 371-398, ago. 1998.
- OLIVEIRA, C. W. A., GUIMARÃES NETO, L. Emprego organizado e regiões nos anos 90: quem perdeu mais? *Estudos Econômicos*, v. 27, número especial, p. 37-64, 1997.
- REZENDE, G. C., HELFAND, S. *Estruturas regionais de produção, consumo e preços agrícolas: os casos de milho, aves e suínos*. IPEA, 1998.
- RIBEIRO, A. R. B., RODRIGUES, L. C. E., ZYLBERSZTAJN, D. Abastecimento de madeira para a produção de celulose: uma aplicação da economia dos custos de transação. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 38, n. 4, p. 9-28, out./dez. 2000.
- RODRIGUES, D. A. O papel dos governos estaduais na indução do investimento: a experiência dos Estados do Ceará, da Bahia e de Minas Gerais. *Revista do BNDES*, n. 10, p. 151-174, 1998.
- SABÓIA, J. Desconcentração industrial no Brasil nos anos 90 — um enfoque regional. *Anais do XXVIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia — ANPEC*, 1999.
- SCHWARTSMAN, A. *Convergence across Brazilian states*. FEA/USP, Seminários Acadêmicos, 1996 (Texto para Discussão Interna, 02/96).
- SOUSA, E. L., SAES, M. S. M., AZEVEDO, P. F. Competitividade do sistema agroindustrial do milho. In: FARINA, E. M. M. Q., ZYLBERSZTAJN, D. (coords.). *Competitividade no agribusiness brasileiro*. PENSA-IPEA, CD-ROM, 1998.
- ZINI Jr., A. A. Regional income convergence in Brazil and its socio-economic determinants. *Economia Aplicada*, v. 2, n. 2, p. 383-411, 1998.

(Originais recebidos em agosto de 2000. Revistos em junho de 2001.)